

A racionalização do aparelho arrecadador da União

Palavras do Diretor Geral da Fazenda Nacional

Por ocasião de uma visita que fez a São Paulo, durante o corrente mês, o sr. Romero Estelita, Diretor Geral da Fazenda Nacional, foi alvo de expressiva homenagem por parte das classes conservadoras do Estado, funcionalismo federal e estadual e elementos de destaque dos círculos intelectuais paulistas. Essa homenagem consistiu num banquete que lhe foi oferecido e que se realizou no Salão Vermelho do Esplanada Hotel, com a presença dos srs. Cesar Vergueiro, Secretário do Interior; prof. Pinto Pereira, reitor da Universidade de São Paulo; Carvalhal Filho; Braulio de Mendonça; Paulo Marinho de Carvalho, delegado fiscal do Tesouro Nacional e inúmeras outras individualidades, representativas de quasi todos os setores de atividade do Estado de São Paulo.

Agradecendo a justa homenagem que lhe foi prestada, o sr. Romero Estelita, pronunciou o discurso que publicamos a seguir, no qual faz interessantes e oportunas considerações a respeito do aperfeiçoamento dos serviços de arrecadação dos impostos da União.

Disse S. S. :

"Depois de certa ausência dêste São Paulo, que me acostumei a querer como o ambiente mais propício que encontrei na minha vida de trabalho para exercitar uma atividade realizadora e eficaz e do qual sempre se orgulhou o meu patriotismo como a mais esplêndida afirmação do Brasil, nada poderia reconfortar tanto o meu ânimo e despertar o meu reconhecimento como esta manifestação carinhosa e imerecida com que me brinda a generosidade dos meus amigos, prestigiados pelas expressões de cultura, inteligência e operosidade do Governo do Estado e das classes conservadoras da gloriosa terra de Piratininga.

"Em dois anos de trabalho na chefia dos serviços fazendários da mais próspera região do País, dando tudo que

a minha capacidade física comportava, com a preocupação de evitar que o expediente das repartições fiscais perturbasse o ritmo do progresso de São Paulo, verifiquei que urgia racionalizar o nosso aparelhamento arrecadador, de modo a emparelhá-lo com a atividade febril da massa dos contribuintes.

"Chamado a outro posto de comando e, afinal, investido da direção geral dos nossos departamentos fazendários e fiscais, encontrei, felizmente, no honrado ministro Sousa Costa, o inteligente e culto animador da iniciativa que sempre preconisei, como imperativo da realidade brasileira.

"A obra iniciada nesse sentido pelo Conselho Federal do Serviço Público Civil e que agora vai sendo sistematizada com coragem pelo D. A. S. P., o órgão de supervisão que o sentido objetivo da carta de 10 de novembro instituiu, como supremo orientador das diretivas racionais dos Serviços Públicos Federais, entrou na sua fase objetiva.

"A racionalização dos serviços de Protocolo e Arquivo e da arrecadação dos chamados impostos internos, notadamente do imposto de consumo e do imposto de renda, é hoje ponto capital de programa do Ministério da Fazenda.

"São Paulo, pioneiro do progresso e decifrador emérito dos enigmas brasileiros, com os admiráveis trabalhos do Idort, mostrou ao resto do Brasil que a administração pública não é campo inhóspito para objetivarem-se as conquistas da inteligência no aproveitamento do esforço do homem com índice ótimo de rendimento e exatidão.

"De modo que, meus senhores, falando neste auditório, na sua maioria formado por homens que o destino chumbou à tarefa árdua de exercer uma função pública — aqui em São Paulo, a terra privilegiada dos milagres da civilização da América Latina, sei que encontro ressonância para defender o programa do Governo, de fugirmos dos métodos chamados arcaicos, mas que eu estigmatizo como de rotina negativa, para anunciar a era de renovação a que dentro em breve assistiremos.

"O imposto de consumo tem que libertar-se das peias burocráticas que o complicam, para ser entregue a uma direção especializada que lhe imprima um sentido de equilíbrio, mercê de um comando único, para livrar-se das oscilações que fazem o espantinho dos contribuintes e degeneram nesse emaranhado de interpretações e dúvidas que sangra a arrecadação e anima a coorte de solertes sonegadores.

"O comércio honesto e a indústria legítima, que são os principais fatores do nosso progresso, êles que põem em

valor o nosso imenso potencial econômico, devem amparar este surto renovador da administração, como um fator do seu próprio desenvolvimento, porque representa o esforço inteligente e eficaz para o saneamento da nossa vida financeira, que só atingiremos depois que melhorarmos as condições do nosso orçamento.

"Por outro lado, o imposto de renda para triunfar definitivamente no país precisa de uma organização administrativa especial, isenta do ranço burocrático que herdamos da era colonial.

"Sem autonomia e sem unidade de direção, desde a propaganda, até a arrecadação, nada será feito dentro dos processos peculiares a esse tributo nivelador.

"E' que a administração do imposto de renda tem necessidade de especialização, que só pode ser obtida com uma organização inteiramente estranha às normas da burocracia.

"Não nos cansaremos de repetir — "Tudo no imposto de renda é diferente e tem que ser feito em moldes muito diversos do que se pratica em relação aos impostos indiretos", como já afirmava Sousa Reis, o seu grande implantador entre nós.

"O senso realizador do Ministro Sousa Costa isto compreendeu e é com verdadeira emoção que participo à mais culta das grandes massas de contribuintes de São Paulo, que está próxima a nossa libertação do empirismo dos nossos processos de arrecadação, que inquietava os particulares e afligia o poder público.

"Uma reforma em moldes positivos e racionais deverá para breves dias ser executada nesse sentido.

"Conta, entretanto, a administração da Fazenda, para êxito feliz desse tentamen grandioso, com a colaboração indispensável dos contribuintes.

"Espíritos negativistas e nocivos aos interesses nacionais conseguiram mobilizar, si assim nos podemos expressar, o público contra o fisco.

"Ha que desfazer esse doentio estado de espirito.

"Precisamos trabalhar com um profundo sentimento de brasilidade, com uma sincera intenção de cooperação, para realizarmos o milagre da nossa independência financeira.

"Sem ela impossível será o surto desejado do potencial econômico do país.

"São problemas interdependentes, como bem o compreendéis.

"Os quadros da arrecadação federal mostram que, num orçamento de quatro milhões de contos, mais de um milhão são arrecadados pelo fisco federal em São Paulo.

"Queremos que o Brasil todo concorra para o saneamento das nossas finanças, pela melhoria das arrecadações.

"Preciso, entretanto, é que daqui parta o exemplo de apoio às iniciativas patrióticas do Governo Nacional.

"A marcha para o oeste, preconizada pela intuição

exata que o grande chefe nacional, Getulio Vargas, tem da realidade brasileira, encontra em São Paulo a sua demonstração mais convincente.

"Da grande metrópole, que é sem favor o maior centro cosmopolita, industrial, de cultura e de realizações com que o Brasil afirma a sua civilização particular de Nação que tem caráter próprio e compreende as suas responsabilidades nos destinos da América, ha de irradiar-se o progresso do Brasil.

"E' uma fatalidade a que não nos poderemos furtar.

"São Paulo tem que continuar o seu destino civilizador.

"Justo é, portanto, que nele deposite o Brasil a sua maior esperança em todos os seus grandiosos empreendimentos.

"Quando, lá vai mais de um ano, deixámos São Paulo, chamados para outro setor de trabalho, o Brasil era presa de uma dolorosa inquietação política.

"Não vale recordar!

"A dedicação, o espirito de sacrificio, esta vocação patriótica a que me tenho referido vezes outras, permitiram, entretanto, que o grande Presidente Getulio Vargas viesse lançar as bases da concórdia nacional.

"Não ha mais competições, não ha corrilhos de politicagem.

"O Brasil é uno, o Brasil trabalha hombro a hombro pela prosperidade e grandeza coletivas.

"São Paulo, como o Ceará, o Rio Grande como o Amazonas, a Baía como o Paraná, os Estados todos, os irmãos de todas as regiões, do Norte, do Sul, do Centro, do litoral, como do sertão, estão unidos hoje pelo laço de uma fraternidade que não conhece competições e que aspira apenas à grandeza do colosso que herdámos dos nossos antepassados.

Bem haja o inspirado e fecundo artifice desse Brasil novo.

"Meus amigos:

"A um modesto trabalhador do Estado, a quem o destino reservou uma humilde condição de obreiro, Deus reservou tambem momentos de alegria inefavel, qual esta de ter-vos em tórno de mim, numa manifestação carinhosa que se exterioriza nos excessos de bondade dos vossos talentosos intérpretes e no prestigio que me trazeis com a vossa assistência amiga.

"Não me surpreende a vossa bondade.

"Conheço-a bem.

"Afirmo-vos, entretanto, que com o aplauso dos amigos de São Paulo sei que o meu esforço será benéfico, na medida da minha pequenez, para realizarmos alguma cousa em prol da grandeza do nosso amado Brasil".

A NOVA POLÍTICA DO CAFÉ E O «RECORD» DAS EXPORTAÇÕES DO MÊS DE AGOSTO

A situação brasileira comentada pelo «Financial News»

Continuam em ascensão as cifras registradas da exportação de café pelos portos brasileiros. Sobre esse fato, o "Financial News", de Londres, tece judiciosos comentários em abono da nova política cafeeira adotada pelo Brasil em relação àquele produto.

Efetivamente, graças a competência e serenidade com que o Sr. Jaime Fernandes Guedes, atual presidente do Departamento Nacional do Café, vem pondo em prática as diretrizes traçadas pelo governo do Sr. Getúlio Vargas, a nova política imprimida pelo Governo Federal aos negócios cafeeiros está contribuindo decisivamente para a consolidação do nosso café nos mercados estrangeiros.

O despacho telegráfico de Londres que dá notícia do comentário daquele órgão técnico de finanças, transcreve o que ali se diz, afirmando que a política cafeeira do Brasil vem alcançando certo êxito desde novembro de 1937, quando o Governo resolveu abandonar o plano de valorização do café baseado nas restrições impostas ao produto.

Nessa ordem de idéias, acrescenta o "Financial News":

"De fato, em julho deste ano, ou seja no primeiro mês da safra atual, as exportações aumentaram de 57% em relação ao mesmo mês de 1937, ao passo que as importações para o Brasil aumentaram somente de 8%. Estas cifras animadoras não indicam apenas uma melhoria de breve duração, porquanto, durante o período de janeiro a julho, as exportações de café brasileiro destinadas ao consumo mundial aumentaram de 25%, enquanto os outros centros cafeeiros exportaram 9% menos que no período correspondente do ano anterior. E podemos constatar que não somente o

Brasil aumenta a sua quota no comércio mundial do café, como ainda os preços do café brasileiro tendem a se consolidar".

Derramam ainda maior luz sobre esses comentários da imprensa estrangeira as notas do movimento exportador do café brasileiro no mês de agosto último, sobretudo quando confrontadas com as de períodos correspondentes anteriores. Sem nos alongarmos em comentários, limitamo-nos a transcrever aqui o quadro das nossas exportações de café, em número de sacas, durante os meses de agosto dos últimos treze anos:

1926	1.308.678
1927	1.280.849
1928	1.076.700
1929	1.276.572
1930	1.398.377
1931	1.239.268
1932	597.171
1933	1.281.741
1934	1.071.534
1935	1.316.246
1936	1.131.395
1937	801.007
1938	1.581.450

Torna-se fácil concluir, em face do notável aumento verificado no último mês de agosto, mesmo em relação a períodos identicos dos chamados anos de "prosperity", que muito acertado andou o Chefe do Governo ao alterar os rumos da política cafeeira nacional, e, bem assim, ao efetivar no cargo de presidente do D. N. C. o Sr. Jaime Fernandes Guedes, que, assumindo as responsabilidades decorrentes da atual política, vem dando provas de notável competência e de rara firmeza na execução da mesma.

A situação financeira do Estado do Piauí

A exposição de contas apresentada pelo Senhor Leônidas de Castro Melo, interventor federal no Estado do Piauí, ao presidente da República, referente ao exercício de 1937, é um documento interessante pelos números e informações que encerra, reveladores da situação em que se encontra o Estado do norte. Desse documento, extraímos os seguintes dados :

RECEITA

Em 1937, a receita do Estado do Piauí subiu a 15.249:631\$780, a maior já arrecadada pela administração estadual, havendo um aumento, sobre a arrecadação de 1936, de 1.332:831\$080, graças às medidas de caráter administrativo postas em prática. Lembra-se, a propósito, que a arrecadação do Piauí em 1932 foi de apenas 5.208:134\$000 verificando-se, assim, uma triplicação de receita no curto espaço de seis anos. E' de notar que a receita fixada para o ano já citado de 1937 foi de 10.556:000\$000, registrando-se, portanto, com a arrecadação atrás apontada, de 15.249:631\$780, uma arrecadação a maior de 4.693:631\$700. Bastam esses números para dar uma idéia da situação financeira do Piauí, que é, aliás, um reflexo da situação econômica do Estado.

DESPESA

A ótima arrecadação impôs ao governo a obrigação de empreender vultosas obras, sobretudo no

que diz respeito a transporte, instrução e saúde — muitas das quais já estão concluídas e outras em andamento, prestes a serem inauguradas. O interventor faz, no capítulo "Obras Públicas" de seu relatório, referências detalhadas aos serviços que empreendeu e que eram da maior urgência e necessidade para o Estado. Isso de um lado, e, do outro, o imperativo de amparar a situação do funcionalismo cuja remuneração se tornara incompatível com o novo padrão de vida estabelecido no Estado, como decorrência própria de seu progresso, levaram o governo à utilização de créditos suplementares e especiais num total de réis 4.512:800\$200.

Verificou-se, desse modo, que a despesa realizada se elevou :

Despesa orçada	10.554:520\$900
Utilização do crédito suplementar	4.512:800\$200
	—————
Global da despesa realizada	15.067:321\$100

Síntese do exercício financeiro

Receita arrecadada	15.249:631\$780
Despesa realizada	15.067\$321\$100
	—————
Saldo que passou para 1938	182:310\$680

Caixa Econômica Federal de S. Paulo

A Caixa Econômica Federal de São Paulo constitui hoje um estabelecimento verdadeiramente modelar no seu gênero. A sua organização

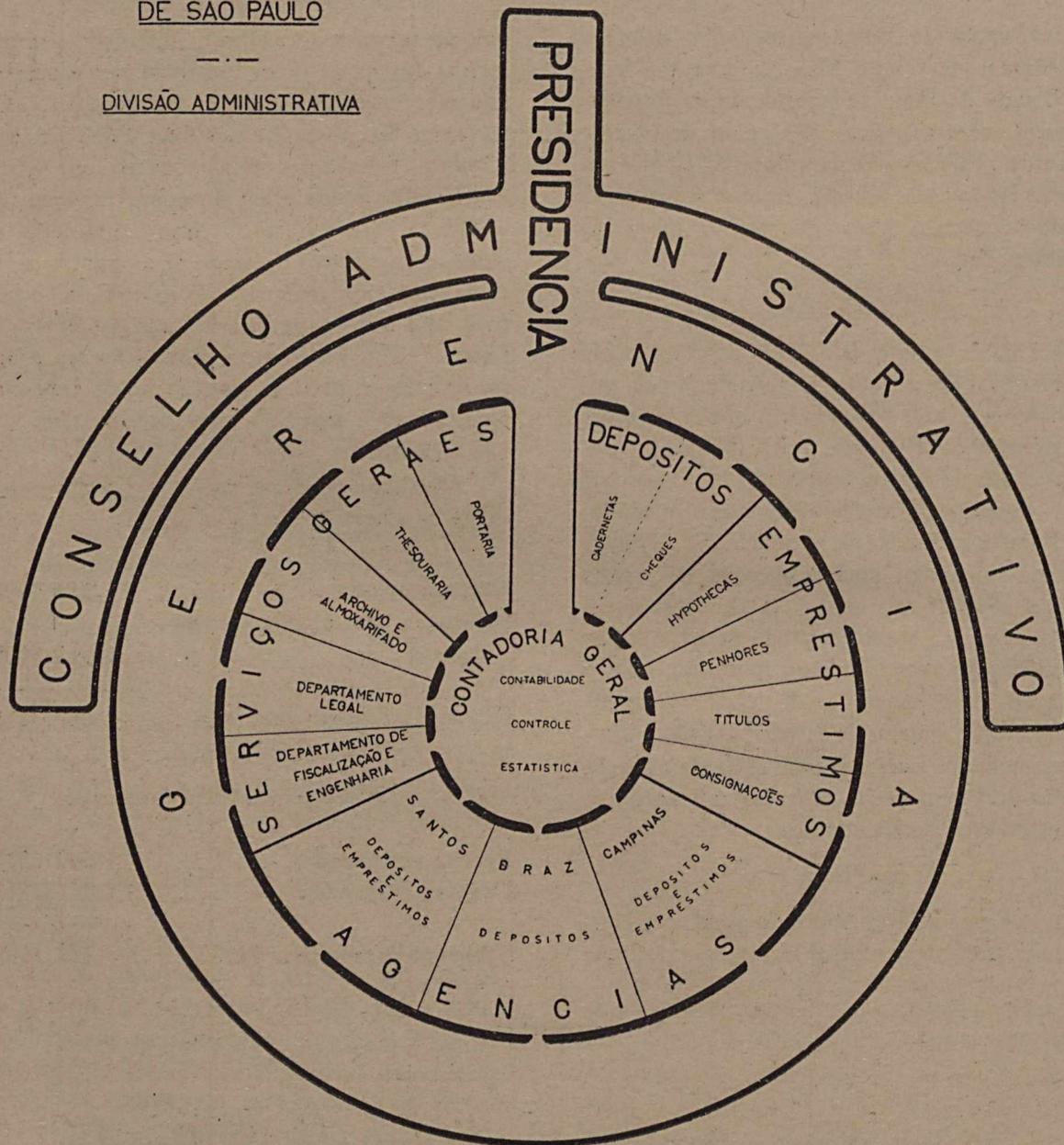
obedece de modo exclusivo a princípios de caráter racional. O empirismo não encontra nela o mínimo lugar.

O desenvolvimento das atividades desse grande instituto de crédito tem sido verdadeiramente impressionante nesses últimos anos. Demonstram-no com insofismável eloquência as cifras es-

tatísticas referentes ao assunto. Tanto no que se refere ao vulto dos empréstimos, como no que diz respeito ao saldo dos depósitos e ao número de contas isso só evidencia com meridiana clareza.

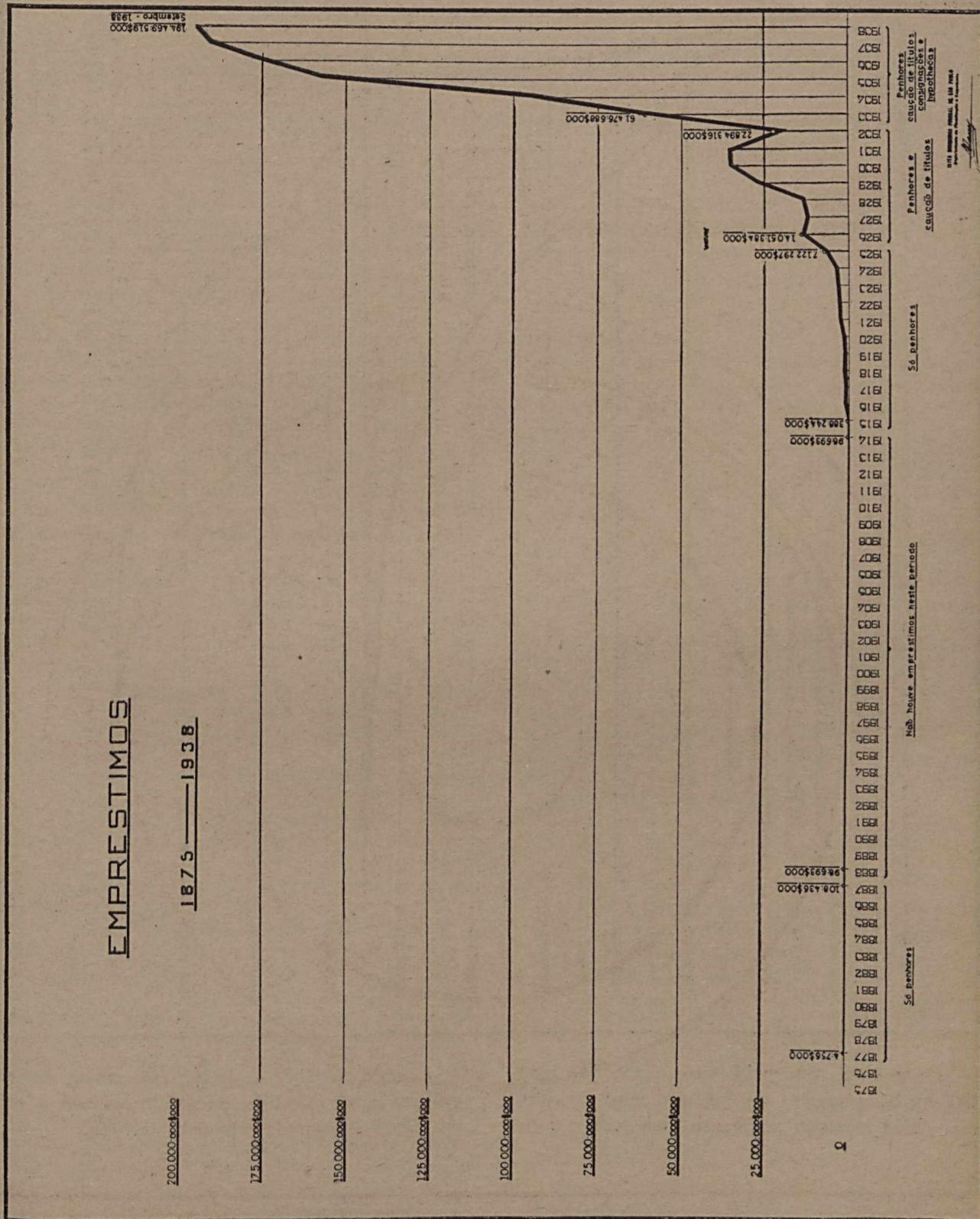
CAIXA ECONOMICA FEDERAL
DE SÃO PAULO

DIVISÃO ADMINISTRATIVA



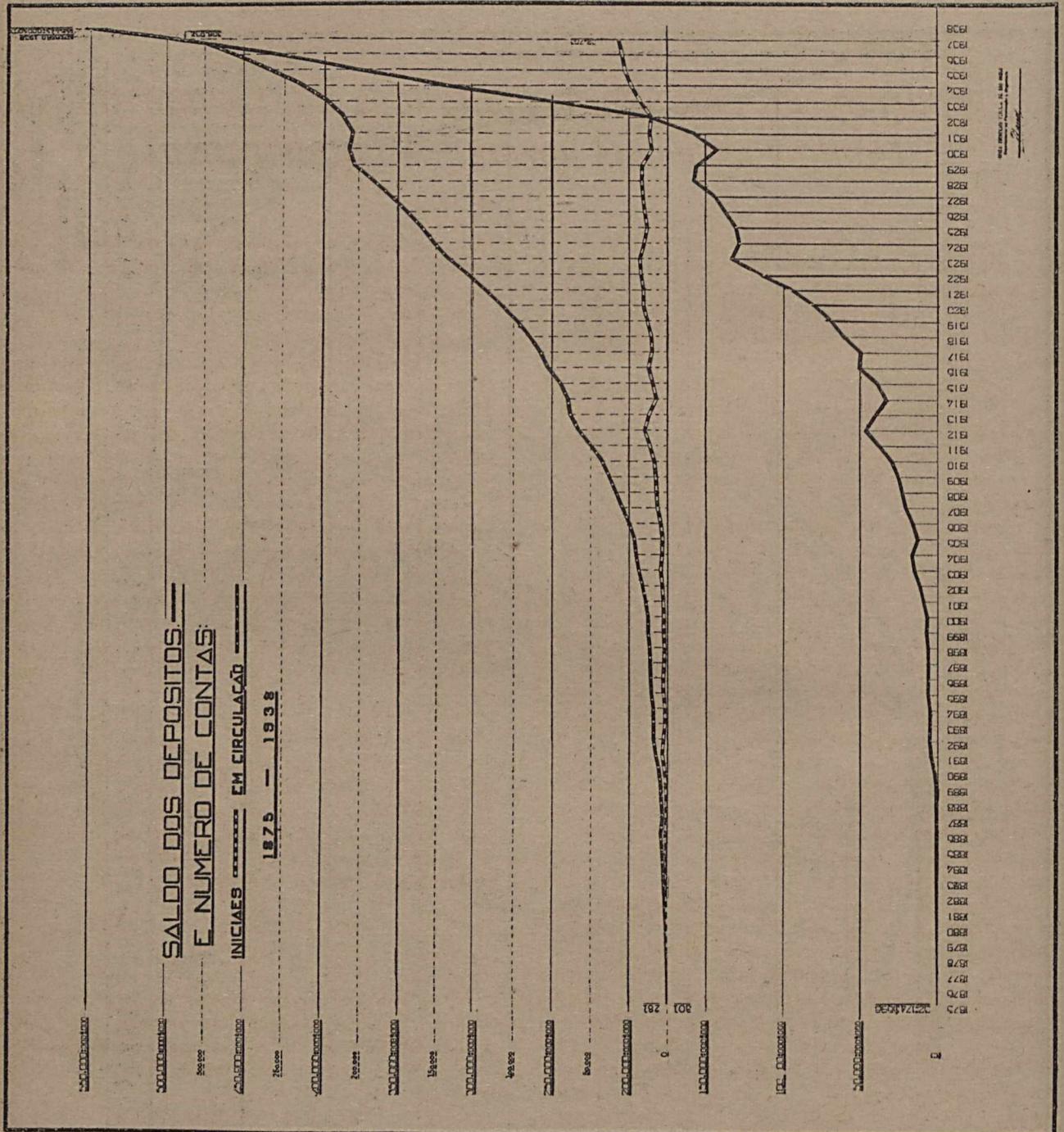
A atual administração da Caixa Econômica Federal de São Paulo, sob a presidência do dr. Samuel Ribeiro, tem sabido impulsionar com muita segurança essas atividades. Homem de larga

visão de nossos problemas econômicos, financeiros e sociais, o dr. Samuel Ribeiro está realizando um trabalho notável de expansão do crédito baseado sobre a economia popular. No desempe-



no das funções de gerente, o dr. Antunes Maciel vem levando a efeito um trabalho altamente eficaz.

dez, não só a divisão administrativa da Caixa Econômica Federal de São Paulo, como o movimento de seus empréstimos durante o período que



Os gráficos que publicamos junto dão uma idéia bastante precisa do que acabamos de afirmar. Eles mostram realmente, com toda a niti-

se estende de 1875 a 1938. O exame desses gráficos é, na verdade, de molde também a pôr em relevo o vigor da economia paulista.

O Departamento das Municipalidades do Estado de São Paulo e as novas normas Administrativas

A criação de um órgão central, coordenador e sistematizador dos interesses municipais de São Paulo, foi imposta pela dissolução dos legislativos locais, em outubro de 1930.

A necessidade dessa providência de ha muito se fazia sentir.

A princípio julgou-se que essa organização fosse ter uma duração efêmera, continuando as investidas autonomistas contra os interesses da vida em comum do grande Estado.

Mas o Departamento das Municipalidades, criado em 30, resistiu porque revelou desde logo a sua utilidade na economia paulista.

Hoje o Departamento das Municipalidades em S. Paulo, dirigido pelo Sr. Isidro Gonçalves, reconquistou a sua finalidade e está dando conta de um verdadeiro programa de realizações para a vida econômica e progressista da Paulicéa.

Diante dos assuntos amplamente debatidos no último congresso das municipalidades, realizado em Mococa, a "Revista do Serviço Público" achou oportuno ouvir, numa substancial entrevista, o Sr. Isidro Gonçalves, diretor do Departamento das Municipalidades.

S. S. recebeu-nos muito amavelmente e com toda a solicitude, lançando mão do copioso manancial que possui, pôde esclarecer-nos os fatos abaixo, todos muito expressivos pela sua natureza.

Ao inquirirmos S. S. sobre esses fatos, declarou-nos:

— Pois não. Falo à "Revista do Serviço Público" com muito prazer e tomo ao acaso, para começar, dois assuntos que vieram espoucar, ha poucos dias, em minhas mãos. Pertencem ambos ao município de Judiai, vizinho à capital do Estado. Um espelha a facilidade com que se jogava com o dinheiro público, dando lugar ao prefeito de então — 1937 — a "requisitar" na Tesouraria da Prefeitura — sem as formalidades legais, mas baseado, tão somente, numa suposta autorização verbal — a elevada quantia de cem contos de réis para ser aplicada, a titulo de adiantamento, na 2.ª Exposição Viti-Vinicola, "festa de caráter genuinamente particular, explorada comercialmente". O outro assinala um irritante descaso pelo direito alheio, para satisfazer à vontade dos dominantes de então. Um professor público, que construiu a sua casa com um empréstimo da Caixa Beneficente dos Funcionários Públicos do Estado, vê-se condenado, pela Câmara Municipal, ao pagamento de impostos e taxas sobre o imóvel, não obstante gozar de isenção reconhecida em pareceres do Departamento das

Municipalidades e do Advogado Geral do Estado, e ainda em decisões do Egrégio Tribunal de Apelação, até mesmo em recurso de revista!

— Mas o Departamento não teve força para fazer cumprir o seu despacho?

— Não, porque o seu provimento administrativo ao recurso do interessado ficou retido pelo então secretário da Justiça, que aguardou oito meses, até que se instalasse a Câmara do Município, para submeter aos caprichos da situação local um direito incontestado que se apoiava na lei e na jurisprudência do Tribunal! Como se vê, a solução para favorecer disfarçadamente os interesses velados da política de velhacarias, era a gaveta, a fechadura, e a chave, até que se instalassem as Câmaras, para proferirem a decisão que lhes aprouvesse.

Irregularidades gravissimas estão sendo apuradas agora em inquéritos e inspeções "in loco", como frutos da acalentada autonomia municipal, transformada, quasi em regra geral, em manto protetor de irresponsabilidades e maroteiras.

Os relatórios dos inspetores do Departamento estão cheios de exemplos dessa ordem. Ainda hoje recebi os autos do exame procedido por perito contador nos livros e arquivos da Prefeitura Municipal de Limeira. Não me é dado adiantar conclusões não examinadas ainda por este Departamento. Posso, entretanto, transcrever o que consta de fls. 75 do relatório, quanto a dois artigos de Caixa, referentes a dois lançamentos de despesa:

"ART. N. 288, DE 3 DE MARÇO.
RS. 40\$000

"8 dias de serviço (3 horas por noite) na sede do "P. C." organizando listas eleitorais, pago a Dona Natalina de Freitas, conforme certidão do encarregado da sede, Sr. Manoel Franco Soares".

"ART. N. 1.247, DE 17 DE OUTUBRO
RS. 60\$000

"é uma nota de M. Rosenthal & Cia., para 5 "colchões", conferida pelo secretário da Prefeitura, com a seguinte observação: "Diligência serviço eleitoral".

E' digno de revelação também, no mesmo relatório de Limeira, o levantamento das autorizações de despesa vo-

tadas a esmo pela Câmara. Só no exercício de 1937 foram autorizados créditos suplementares no valor de 598:480\$000, para um orçamento de 950:000\$000, ou seja 63% da despesa total, fixada para o exercício! E esses créditos, na sua maioria, não foram acompanhados da necessária atribuição de recursos, exigida pelo artigo 60 da Lei Orgânica dos Municípios.

Com esse descontrole dos administradores, o resultado do exercício foi o que se segue:

despesa realizada	1.382:571\$500
receita arrecadada	965:586\$500
"deficit" do exercício	416:985\$000

Mas, dirão, o Departamento não podia evitar esse desperdício do dinheiro público? Não, porque o reduziram à ação inócua do exame dos fatos consumados.

Daí a necessidade de outorgar à novel Repartição as imprescindíveis atribuições fiscalizadoras que lhe competem no cenário administrativo dos municípios. E só mesmo a têmpera de Ademar de Barros, o digno mandatário do Governo Federal, poderia fazê-lo, como já iniciou, para instituir o princípio da responsabilidade dos administradores locais e a fiscalização dos seus atos, através de uma ação eficiente e de caráter preventivo do Departamento junto aos governos municipais.

Não pode o Estado continuar indiferente à sorte dos seus municípios — células vitais que o constituem e cuja enfermidade não deixará, portanto, de lhe refletir no todo.

— E já é possível notar os resultados dessas novas diretrizes?

— Sob os influxos dessa nova orientação — fiscalização rigorosa e assistência preventiva junto aos governos locais, — já iniciadas com as providências preliminares, os municípios vêm experimentando uma sensível e rápida melhora nas suas condições gerais. Uma grande parte já entrou em franca convalescença moral e financeira. Medidas de rigorosa economia e de incentivo à arrecadação estão sendo postas em prática pelos novos Prefeitos, que foram nomeados, atendendo exclusivamente ao interesse administrativo.

Sente-se uma palpável renovação e um desejo de acertar e de produzir, em estreita colaboração dos municípios entre si e com o Estado, longe das competições político-partidárias concretizando o idealismo são do Brasil Novo, de trabalhar com amor e justiça pelo bem comum de uma Pátria una e indivisível.

Índices seguros dessa milagrosa transformação estão à vista de todos. Ha poucos dias, tive a honra de presidir, em nome do Sr. Interventor Federal, a um congresso das Municipalidades da zona da Mogiana, realizado na progressista cidade de Mococa. Trinta e quatro prefeitos — a totalidade dos convocados — estiveram ali reunidos, combinando uma decidida ação conjunta da mais elevada filantropia, qual seja a instalação de sanatórios para o tratamento dos tuberculosos pobres da região.

E de outros municípios sei que se empenharão nessa mesma cruzada marchando resolutamente ao encontro do vasto programa de assistência social traçado pelo Sr. Interventor para todo o Estado.

Outro exemplo frizante do espírito de coordenação que preside hoje às administrações municipais, orientado por Ademar de Barros, está na rapidez com que vem sendo atendido pelos prefeitos o cumprimento do decreto estadual n. 9.497, de 17 de setembro de 1938, que prescreveu as contribuições dos municípios para prover às despesas com o levantamento das suas plantas pelo Departamento Geográfico e Geológico do Estado. Decorridos apenas 21 dias da circular que o Departamento fez expedir sobre o assunto, 151 prefeituras já haviam efetuado o pagamento das suas primeiras quotas, num total de réis 250:000\$000.

Desdobram-se as prefeituras, hoje, numa febril atividade construtiva, voltadas, tão somente, para o bem estar de suas populações. A palavra de ordem é administrar com eficiência e honestidade e ela está sendo rigorosamente obedecida no Estado. Si desobediências houver quanto a isso, serão elas imediatamente corrigidas pelo Sr. Interventor Federal.

Obras de vulto estão sendo estudadas ou iniciadas em toda a parte. Rasgam-se campos de aviação em todos os quadrantes do Estado. Rio Preto surpreendeu-nos com um ótimo campo de aviação construído em 48 horas, por ocasião da visita do Exmo. Sr. Presidente Getúlio Vargas, campo esse inaugurado pelo próprio Governo. Intensificam-se as obras de saneamento, executadas ou fiscalizadas pela engenharia do Departamento e providas com o auxílio financeiro do Estado. O decreto n. 9.195, de 27 de maio do corrente ano, abrindo um crédito especial de 12.500 contos para os serviços de águas e esgotos nos municípios, denota claramente, com fatos e não palavras, o empenho do atual Governo do Estado em cooperar, com todas as suas forças, para a solução dos problemas vitais do interior.

— A quanto montam os pagamentos da nova administração do Estado para esses serviços?

— O governo do Sr. Ademar de Barros já pagou cerca de 6.000 contos de tais obras e já autorizou a execução de quatro grandes serviços: São José dos Campos, 1.538:000\$; Santa Bárbara, 756:500\$; Itanhaen, 377:500\$; e Bragança, 1.651:000\$.

Sinal evidente do trabalho intenso, que vem realizando os municípios, é o movimento interno do Departamento. Em 5 meses, a sua Diretoria Geral despachou mais de 12.000 processos e papéis diversos, o que dá a média de 100 despachos por dia útil e atendeu a mais de 4.000 pessoas. Esses números revelam, por si sós, o esforço que vem desenvolvendo o Departamento das Municipalidades, como verdadeira escola de administração. E a esse respeito, quero ler o despacho que esta Diretoria Geral teve ocasião de proferir, ha poucos dias, numa proposta da "Caixas Registradoras Nacional S. A.", para venda, à Municipalidade de Araçatuba, de um conjunto de máquinas destinadas à mecanização dos serviços de contabilidade:

"Tratando-se de fornecimento superior a 5:000\$000, é indispensável nos termos do art. 78 da Lei Orgânica dos Municípios, a concorrência entre os fornecedores de máquinas para os serviços em apreço, que os ha de diversos fabricantes.

Ha ainda a acrescentar que dependerá de prévia autorização do Sr. Interventor Federal o aceite dos títulos correspondentes às prestações em que se dividir o pagamento, à vista do art. 10, letra "a", do decreto n. 8.868, de 27 de dezembro de 1937.

Quanto à possibilidade da compra deve ser verificada, preliminarmente, si a situação financeira do município comporta a despesa, sobre o que deverá ser ouvida a Diretoria de Contabilidade".

Como se verifica, a atividade do Departamento das Municipalidades estende-se hoje a todos os setores do serviço público, ditando normas salutaras de administração, prestando aos municípios uma util assistência e funcionando como

tribunal administrativo, onde se apuram as responsabilidades dos dirigentes locais. Os seus resultados decisivos já o consagraram como elemento essencial no aparelhamento administrativo do Estado.

— E creia, Sr. jornalista, a administração sã e enérgica que o Sr. pode observar pessoalmente nas fontes originais, deve São Paulo a Ademar de Barros, o homem a quem o presidente Vargas, com o seu largo descortino, entregou São Paulo, para a felicidade do Brasil.

O novo abastecimento d'água do Rio de Janeiro

Adutora do Ribeirão das Lages

HISTÓRICO — Desde 1928 começaram as Administrações Federais a se preocupar com as obras de um reforço do abastecimento d'água para a cidade do Rio de Janeiro, datando as últimas feitas de 1908, para um período, de 20 a 25 anos de desenvolvimento da cidade.

Primeiramente se pensou, dentro da antiga e clássica orientação das águas altas e protegidas, se aproveitar 32 pequenos mananciais que permitiriam um reforço máximo de 165.000m³ diários.

Graças à ação e esforços pertinazes do Engenheiro Henrique de Novais, foi finalmente preferida a solução dos grandes mananciais, capazes de assegurar um reforço mínimo de 450.000m³ diários.

Entre os dois grandes mananciais estudados — Rio Paraíba e Ribeirão das Lages — foi preferido o segundo, após criterioso e acurado estudo de uma Comissão nomeada pelo Governo e composta dos ilustres e abalisados Engenheiros: Professores João Felipe Pereira, Mauricio Joppert da Silva e Raimundo Barboza Carvalho Neto.

VOLUME DO REFORÇO — A cidade do Rio de Janeiro tinha, em 1920, aproximadamente, a população de 1.160.000 habitantes, segundo o recenseamento feito então. Adotada a taxa geométrica de crescimento da população, igual a 2,4%, em dezembro de 1927 ela teria, aproximadamente, a população de 1.380.000 habitantes, número este controlado pelos elementos da Diretoria de Esta-

tística que, para o mesmo ano, indicava uma população de 1.370.000 habitantes.

Adotada a base de 250 litros diários, para consumo por habitante, incluindo os consumos industriais e de serviços públicos, de outro lado, sendo o suprimento atual de 270.000 m³ diários, verifica-se que em princípios de 1938 a situação se caracteriza por um *deficit* diário de 168.500m³, como ressalta do quadro seguinte:

ANO DEZEMBRO	Habitantes	Consumo previsto	Reforço necessário
1935.....	1.665.000	4821 lts/ sec	1696 lts/ sec
1940.....	1.880.000	5430 » »	2305 » »
1945.....	2.115.000	6112 » »	2987 » »
1950.....	2.380.000	6883 » »	3758 » »
1955.....	2.680.000	7751 » »	4626 » »
1960.....	3.015.000	8728 » »	5593 » »

O Ribeirão das Lages foi aproveitado pela "Rio de Janeiro Tramway, Light & Power Co. Ltd." para a instalação de uma de suas usinas hydro-elétricas, aí construindo uma barragem de 35mt. de altura e formando o açude do Salto, re-

presando as águas numa extensão de 30 quilômetros e volume de 222 m³ milhões de m³). Destarte, além da vantagem de ter uma água decantada e auto-depurada por um sol tropical, é um Ribeirão de regime estabilizado. A atual descarga é de 12.000 lts/sec. dos quais 5.280 lts/sec. serão aproveitados para o abastecimento do Rio de Janeiro, equivalendo a 456.000 m³ diários, volume suficiente para os reforços previstos até 1960, na base de consumo pre-estabelecida de 250 litros por habitante e por dia.

CONSTRUÇÃO — Em 24 de maio de 1935 efetuou-se a concorrência pública, para execução dos trabalhos, tendo se apresentado nove licitantes.

Após demorado, acurado e judicioso estudo de todas as propostas, por parte do Governo Federal, foi preferida a apresentada pela firma brasileira "Dahne, Conceição & Cia." por ser a que melhor consultava aos interesses econômicos do Governo, a par de sua comprovada capacidade e idoneidade técnica-comercial, executora que já vinha sendo de outros trabalhos congêneres no Rio Grande do Sul, de par com outros notáveis empreendimentos e obras de engenharia.

O contrato entre ela e o Governo Federal foi assinado em 15 de junho de 1936, tendo sido aprovado pela Câmara dos Deputados e, finalmente, registrado pelo Tribunal de Contas em 5 de outubro do mesmo ano.

Em 5 de dezembro imediato, isto é, data de início do prazo de 30 meses, para conclusão da primeira etapa dos trabalhos, foi solenemente iniciado o serviço, com a presença do Exmo. Sr. Presidente da República e altas autoridades do Governo Federal.

A par dos trabalhos de construção, teve a firma concessionária de organizar um Serviço Médico e de Profilaxia contra a *malária*, que pode ser classificado de modelar, em vista dos magníficos resultados que têm sido obtidos. Graças a tais cuidados, o estado sanitário é magnífico, man-

tendo-se o índice de malarígenos entre 1 e 2 por cento, quando em serviços anteriores, na mesma zona, tal índice nunca baixara de 10 por cento.

Até setembro de 1938, em grande resumo, foram executados os seguintes trabalhos :

1) — Extensão total de E. de rodagem e E. de serviço novas, para execução dos trabalhos de Adutora : 32 Km.

2) — Extensão total em Valas de drenagem e saneamento, para combate à malária e abaixamento do nível dos lençóis freáticos : 20 Km.

3) — Extensão total de cortes e valas para assentamento dos tubos : 16 Km.

4) — Volume total excavado em cortes e valas da Adutora : 260.000 m³.

5) — Extensão total de tuneis abertos : — 1350 mt.

6) — Volume total de alvenarias executadas em obras darte e correntes : 1600 m³.

7) — Area coberta dos Acampamentos : — 5.200 m².

— — —

A fiscalização e assistência aos trabalhos, por parte do Governo Federal, é exercida pelo "Serviço de Águas e Esgotos", sendo seu Diretor o Senhor Engenheiro Alberto Pires Amarante e Chefe da Fiscalização o Sr. Engenheiro Marcelo Teixeira Brandão.

A Direção Geral da firma concessionária, "Dahne, Conceição & Cia", é constituída pelos Engenheiros Frederico Dahne, Laury A. Conceição, e Vasco de Melo Feijó. E' consultor-Técnico dos trabalhos o ilustre Engenheiro Henrique de Novais, autor do projeto e grande animador da realização desta grandiosa obra que, em extensão e valor, só é sobrepujada na América do Sul, pela Adutora do Rio-Claro, para a Cidade de São Paulo.